

7

Nas tramas da didatização

Se a disciplina História (matéria de ensino ou domínio de pesquisa) está particularmente exposta aos solavancos da história viva é porque ela coloca em questão a identidade coletiva, e mais precisamente a identidade nacional.^{lxvii} (Colliot-Thélène, 1997, p.47)

Uma das questões centrais debatidas entre os agentes do campo da História refere-se à função político-cultural dessa disciplina. Trata-se, como discutido na primeira parte deste estudo, de uma característica inerente à estrutura do saber histórico, responsável pela existência de zonas de tensão (objetividade x subjetividade, fragmentação x totalidade, verdade x sentido, explicação x compreensão, universal x particular) e pelo posicionamento dos diferentes sujeitos representantes das correntes historiográficas que lutam pela hegemonia desse espaço discursivo.

Essas tensões e disputas, por sua vez, trazem à tona a dificuldade do reconhecimento da dimensão axiológica desse saber, percebida a partir da modernidade, por grande parte dos historiadores defensores da cientificidade do saber histórico como um problema epistemológico a ser superado.

No entanto, se no âmbito da academia, o enfrentamento com essa questão, embora necessário, pode, em nome de um pseudo rigor científico, ser adiado ou desviado com maior facilidade, o mesmo não ocorre quando nos situamos do lado do ensino. Basta observarmos as justificações da existência dessa disciplina na grade curricular do ensino fundamental para nos darmos conta da presença constante e prioritária de tal dimensão, em particular no que se refere ao papel que lhe é atribuído na formação de identidade(s).

Com efeito, reconstruir memórias coletivas, sejam elas nacionais ou de um grupo social e cultural mais restrito, formar cidadãos críticos e explicar ou dar um sentido ao presente em que se vive encontram-se entre os objetivos mais apontados para o estudo de História na atualidade.

Questionar a concepção de identidade nacional privilegiada no âmbito da disciplina de História hoje é, pois, problematizar a forma como o Brasil, neste determinado presente histórico e nesse espaço discursivo específico, relaciona-se com o seu passado e futuro. Nessa perspectiva, algumas questões não podem, nem

devem ser evitadas: É possível abrir mão, no nosso "horizonte de expectativa" (Koselleck) da possibilidade de pensar o Brasil como um todo, isto é, em termos da construção de uma história nacional? Essa opção não equivaleria a negar um projeto político de sociedade *tout court*, no qual fosse possível articular formas diferenciadas de intervenção social, que abarcassem não apenas a luta contra as desigualdades sociais, mas também estratégias onde as diferenças culturais pudessem ser construídas e dialogar de forma democrática? A ênfase dada à preservação de memórias coletivas não estaria, assim, sendo feita em detrimento da possibilidade de construção de um projeto histórico de sociedade onde a questão da emancipação esteja sempre presente na pauta do dia? Privilegiar apenas um dos pólos da tensão memória coletiva x história nacional não corresponderia a trabalhar a noção de memória desvinculada da noção de projeto, no sentido dado por Velho (1988), esvaziando, assim, toda a força inovadora e o potencial político e didático contido nesses conceitos?

Enfim, pensar o processo de didatização do saber histórico escolar à luz da teoria da transposição didática pressupõe articular as dimensões epistemológica e axiológica na reflexão sobre os mecanismos implementados nas diferentes esferas de problematização do saber. Trata-se de perceber como são traçados e entrelaçados os fios de duas tramas diferenciadas: a que diz respeito aos questionamentos acima apontados, bem como a sua articulação com a construção da identidade narrativa do brasileiro, e a relativa ao processo de transposição, externo e interno, que se coloca em andamento no âmbito dessa disciplina escolar a partir dos anos 80.

As reflexões que seguem refletem minha preocupação em perceber o discurso construído em torno da questão identitária no processo de transposição dos saberes históricos. De que maneira os textos de saber produzidos nas diferentes esferas de didatização aqui consideradas¹⁷² enfrentam o desafio de oferecer possibilidades — através do ensino de História — para a construção de uma nova identidade narrativa do brasileiro, tendo em vista as pressões externas de nosso presente histórico?

Selecionei, para tal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História e os textos utilizados e/ou produzidos em aulas de História observadas

¹⁷² Utilizo essa expressão para referir-me tanto à noosfera em foco nesse estudo como à sala de aula.

como vias de acesso a essas instâncias de saber, permitindo-me assim, acessar os níveis de transposição externa (noosfera) e interna, identificados por Chevallard (1991). Meu propósito é menos fazer uma avaliação "positiva" e/ou "negativa" dos textos do saber em foco do que analisá-los em termos de sua capacidade de contribuição para superar os desafios colocados pelo processo de didatização dessa disciplina.

Assim, nesta segunda parte, trata-se de perceber, na dinâmica inerente ao sistema de saberes, os mecanismos acionados nas duas diferentes esferas de didatização que contribuem para fazer da História do Brasil produzida pelos historiadores um objeto de ensino.

O interesse do recorte apresentado explica-se pelo potencial analítico contido nesse tipo de abordagem e, paradoxalmente, tão pouco explorado no campo da didática da História.

Nessa perspectiva é que se pode compreender o lugar atribuído aos PCNs de História nesta pesquisa. Considerado, não apenas como um texto curricular ou um exemplo de currículo formal, esse documento é apreendido também, e principalmente, como um dos espaços que integram as redes de transposição externa dos saberes em História. Quanto à instância de transposição interna, ela será abordada neste estudo como complemento e contraponto necessário para as reflexões desenvolvidas no plano da noosfera. Não se trata de minimizar o papel dessa esfera de didatização, ao contrário, sua análise é indispensável, na abordagem privilegiada, para a compreensão dos alcances e limites dos mecanismos implementados na transposição externa.

Estruturei esta segunda parte em quatro capítulos. No primeiro, apoiada no quadro teórico de Chevallard (1991), desenvolvo minha argumentação no sentido de sustentar a importância dessas instâncias de saber para a compreensão das tramas da didatização da disciplina de História. No segundo capítulo, defendo a pertinência da leitura dos PCNs de História como um exemplo de noosfera em ação. No terceiro capítulo, foco minha reflexão na proposta da história nacional presente nos PCNs, sublinhando os aspectos que permitem pensá-la como proposta de configuração da identidade narrativa do brasileiro a ser ensinada no nosso presente. No quarto e último capítulo, tendo como base as aulas observadas, concentro meu olhar na construção dessa marca identitária no âmbito da dinâmica da transposição interna. Em ambas as instâncias de didatização do saber histórico,

procuo identificar as tensões apontadas por Chevallard no sistema de saberes, a partir da perspectiva da análise de discurso aqui privilegiada.

^{lxvii} Si la discipline histoire (matière d'enseignement ou domaine de recherche) est particulièrement exposée aux secousses de l'histoire vivante, c'est donc parce qu'elle met en jeu l'identité collective, et plus précisément l'identité nationale. (Colliot-Thélène, 1997, p.47)